

Anexo IV da Ordem de Serviço SUBSET nº 40, de 27 de setembro de 2018
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	1.112.199,39	25.024.987,09
Interna	1.112.199,39	1.798.987,09
Empréstimos	1.112.199,39	1.798.987,09
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹	-	-
Externa	-	23.226.000,00
Empréstimos	-	23.226.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹	-	-
TOTAL (I)	1.112.199,39	25.024.987,09
<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.890.426.079,14	
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	25.024.987,09	0,19%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS 16,00%	2.062.468.172,66	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	1.856.221.355,40	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA 7,00%	902.329.825,54	7,00%

<u>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	-	-

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

NOTA EXPLICATIVA:

1 - Em observância ao art. 36 do Decreto 4166-R/2017, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

ALAN JOHANSON
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES - Respondendo
CRC ES nº 011212/O-0

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

MARCOS PAULO PUGNAL DA SILVA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

BRUNO FUNCHAL
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo VI da Ordem de Serviço SUBSET nº 40, de 27 de setembro de 2018.
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

LRF, art. 48 - Anexo VI		REPUBLICAÇÃO	
		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		12.890.426.079,14	
Receita Corrente Líquida Ajustada		12.887.894.879,14	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		5.454.022.728,12	42,32%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%		6.315.068.490,78	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%		5.999.315.066,24	46,55%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		1.165.138.275,15	9,04%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		25.780.852.158,27	200,00%
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		49.129.566,28	0,38%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		2.835.893.737,41	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		25.024.987,09	0,19%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		2.062.468.172,66	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		902.329.825,54	7,00%

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

NOTA EXPLICATIVA:

1 - Em observância ao art. 36 do Decreto 4166-R/2017, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

ALAN JOHANSON
Contador Geral do Estado/SEFAZ - Respondendo
CRC ES nº 0111212/O-0

BRUNO FUNCHAL
Secretário de Estado da Fazenda

MARCOS PAULO PUGNAL DA SILVA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

*Republicado em virtude de ter sido publicado com incorreção.

Anexo I da Ordem de Serviço SUBSET nº 40, de 27 de setembro de 2018
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2017 A AGOSTO DE 2018

REPUBLICAÇÃO							
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)						
	LIQUIDADAS						
	2017				2018		
	setembro	outubro	novembro	dezembro	janeiro	fevereiro	março
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	472.607.084,40	470.989.367,97	469.508.263,52	621.567.256,22	464.450.840,47	452.950.402,54	469.270.813,77
Pessoal Ativo	271.094.826,03	270.089.250,57	269.626.422,13	372.861.962,68	271.868.940,68	257.695.067,14	270.890.633,80
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	225.857.292,96	223.067.140,26	226.521.340,15	321.369.970,00	229.870.253,02	217.808.593,13	225.456.245,97
Obrigações Patronais	45.236.808,02	47.021.895,24	43.106.979,51	51.491.809,12	41.998.414,33	39.880.683,45	45.434.339,39
Benefícios Previdenciários	725,05	215,07	-1.897,53	183,56	273,33	5.790,56	48,44
Pessoal Inativo e Pensionistas	188.672.166,43	187.864.060,06	187.988.487,23	224.791.472,08	187.409.097,95	184.829.850,85	187.621.241,13
Aposentadorias, Reservas e Reformas	159.563.676,55	158.899.374,56	158.195.848,64	158.881.690,70	157.656.587,02	156.113.803,07	158.473.751,21
Pensões	29.108.467,70	28.893.081,22	29.781.577,06	30.154.850,24	29.745.427,36	28.685.999,40	29.132.853,09
Outros Benefícios Previdenciários	22,18	71.604,28	11.061,53	35.754.931,14	7.083,57	30.048,38	14.636,83
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	12.840.091,94	13.036.057,34	11.893.354,16	23.913.821,46	5.172.801,84	10.425.484,55	10.758.938,84
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	35.369.804,48	35.498.161,60	36.325.665,23	36.792.289,61	59.765.373,89	37.369.383,32	33.870.264,73
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	615.758,39	676.348,30	605.927,70	1.653.229,90	68.527,29	248.090,92	495.935,64
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	462.221,01	779.856,51	1.468.861,28	800.847,07	76.559,23	54.002,12	235.102,80
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.955.205,56	2.358.183,15	2.586.085,39	2.869.237,52	28.142.299,54	8.363.775,83	4.181.388,89
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	32.336.619,52	31.683.773,64	31.664.790,86	31.468.975,12	31.477.987,83	28.703.514,45	28.957.837,40
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	437.237.279,92	435.491.206,37	433.182.598,29	584.774.966,61	404.685.466,58	415.581.019,22	435.400.549,04

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS					Total (Últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	2018						
	abril	maio	junho	julho	agosto		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	486.202.004,40	517.750.209,86	516.766.978,83	522.200.917,33	507.126.754,59	5.971.390.893,90	1.291.936,41
Pessoal Ativo	277.374.973,44	303.938.518,70	300.108.124,81	305.022.097,69	287.014.170,09	3.457.584.987,76	555.648,15
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	232.229.525,86	262.056.368,55	251.945.457,05	261.412.684,12	243.110.076,87	2.920.704.947,94	552.081,29
Obrigações Patronais	45.142.873,22	41.880.064,83	48.153.129,58	43.609.368,01	43.904.047,66	536.860.412,36	3.566,86
Benefícios Previdenciários	2.574,36	2.085,32	9.538,18	45,56	45,56	19.627,46	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	195.346.678,51	198.605.678,54	199.391.839,54	205.271.044,29	205.545.553,20	2.353.337.169,81	0,00
Aposentadorias, Reservas e Reformas	164.889.918,98	168.107.422,36	168.622.492,48	174.372.950,10	174.968.002,73	1.958.745.518,40	0,00
Pensões	30.451.225,75	30.385.661,22	30.678.721,30	30.872.487,12	30.393.121,98	358.283.473,44	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	5.533,78	112.594,96	90.625,76	25.607,07	184.428,49	36.308.177,97	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	13.480.352,45	15.206.012,62	17.267.014,48	11.907.775,35	14.567.031,30	160.468.736,33	736.288,26
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	36.093.869,65	33.763.388,02	50.943.523,28	79.622.540,37	43.243.787,09	518.658.051,27	2.050,92
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	751.873,15	561.808,12	756.504,91	521.345,11	780.639,90	7.735.989,33	2.050,92
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.554.784,99	268.844,17	17.716.765,48	26.863.445,39	10.131.152,98	60.412.443,03	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	4.258.357,14	2.756.959,99	2.002.487,42	1.658.480,16	2.058.933,62	63.191.394,21	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	29.528.854,37	30.175.775,74	30.467.765,47	50.579.269,71	30.273.060,59	387.318.224,70	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	450.108.134,75	483.986.821,84	465.823.455,55	442.578.376,96	463.882.967,50	5.452.732.842,63	1.289.885,49

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		12.890.426.079,14	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)		2.531.200,00	-
[=] RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA		12.887.894.879,14	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)		5.454.022.728,12	42,32
LIMITE MÁXIMO (VIII) (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		6.315.068.490,78	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX)=(0,95 x VIII) (parágrafo único, art. 22 da LRF)		5.999.315.066,24	46,55
LIMITE DE ALERTA (X)=(0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		5.683.561.641,70	44,10

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECCO/SUFIC

- Notas Explicativas:**
- 1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2- Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública do Estado, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido em lei Limite de Despesa com Pessoal.
- 3 - Na especificação Pessoal Ativo, não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:

Descrição	Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$)
AJUDA DE CUSTO - (ND 319016-3893)	4.212.389,20
INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO (ND-319092-4274)	42.529,41
AUXILIO MORADIA (ND 319017-2173, 319092-4278)	736.660,60
TOTAL	4.991.579,21

- 4 - As Naturezas de Despesa 319091 (Sentenças Judiciais) e 319092 (Despesa de Exercícios Anteriores) do Fundo Financeiro e do Fundo Previdenciário do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), são classificadas como Despesas não Computadas na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".
- 5 - Na linha "Pessoal Inativo e Pensionistas", está sendo computado o montante de **R\$ 1.901.995.507,05**, registrado na Natureza de Despesa 319113-4780, referente à Contribuição Complementar realizada como despesa orçamentária pelo Poder Executivo para cobertura do déficit financeiro do RPPS.
- 6 - Com base nos arts. 18, 19 e 20 da LC nº 101/00 (LRF), em orientação emanada da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) constante no processo nº 64634051, as linhas "Pessoal Inativo e Pensionistas" e "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" foram compostas da seguinte forma:

Composição - Pessoal Inativo e Pensionistas	Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$)
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ao RPPS (vide Tabela abaixo)	387.318.224,70
+ Despesa Liquidada pelo Poder Executivo como Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS (ND 319113-4780)	1.901.995.507,05
+ Inativos e Pensionistas Custeados com outros recursos (Poder Executivo)	64.023.438,06
Total	2.353.337.169,81

Composição - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$)
Despesa Liquidada Total nas Unidades Gestoras - 600210 (Fundo Financeiro) e 600211 (Fundo Previdenciário)	2.685.943.730,79
(-) Benefícios Previdenciários pertinentes aos demais Poderes (Vide nota 7)	395.279.516,74
(-) Benefícios pagos (inclusive abono anual) com recursos oriundos da Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do Fundo Financeiro do RPPS - Poder Executivo	1.901.995.507,05
(-) Abono Anual (Itens Patrimoniais 4969 e 4970 - Inativos Poder Executivo)	1.350.482,30
Despesa Vinculada a Contribuições de Segurados e Patronal - RPPS (Poder Executivo)	387.318.224,70

7 - Em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - 8ª edição, foram excluídos do demonstrativo as ações relativas aos benefícios previdenciários dos inativos e pensionistas vinculados aos demais poderes do Estado do Espírito Santo, de forma a evidenciar, neste demonstrativo, somente as despesas com inativos e pensionistas vinculados ao Poder Executivo. O montante excluído, segregado por fundo, é demonstrado a seguir:

Ação Orçamentária	Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$)
Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Financeiro (UG 600210)	394.333.039,40
Ação 0009 - Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	38.164.069,58
Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	37.652.843,69
Ação 0059 - Ministério Público do Estado do Espírito Santo	61.949.984,38
Ação 0126 - Benefícios Previdenciários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	246.893.388,18
Ação 0127 - Benefícios Previdenciários dos Cartórios não Oficializados do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	9.674.752,77
Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Previdenciário (UG 600211)	946.477,74
Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	763.611,72
Ação 0059 - Ministério Público do Estado do Espírito Santo	17.258,55
Ação 0126 - Benefícios Previdenciários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	165.607,47
Total	395.279.516,74

8 - Em virtude de alteração da metodologia de apuração, na coluna "Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (b)" está sendo considerado o valor de R\$ 1.581,81 registrado na Natureza de despesa 339091-4872, não considerado anteriormente.

9 - O valor de R\$ 2.531.200,00 constante na linha "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)" foi obtido mediante o demonstrativo disponível no site eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional (><http://tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>, na opção "5 - Dados Consolidados", no tópico "Demonstrativo relativo às Emendas Parlamentares Individuais transferidas aos Estados").

ALAN JOHANSON
Contador Geral do Estado/SEFAZ - Respondendo
CRC ES nº 011212/O-0

BRUNO FUNCHAL
Secretário de Estado da Fazenda

MARCOS PAULO PUGNAL DA SILVA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

* Republiado por ter sido publicado com incorreção.

Anexo III da Ordem de Serviço SUBSET nº 40, de 27 de setembro de 2018
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	46.423.641,64	47.432.556,91	49.129.566,28	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	46.423.641,64	47.432.556,91	49.129.566,28	-
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	46.423.641,64	47.432.556,91	49.129.566,28	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	12.193.441.015,92	12.556.663.471,31	12.890.426.079,14	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,38%	0,38%	0,38%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.682.557.023,50	2.762.465.963,69	2.835.893.737,41	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	2.414.301.321,15	2.486.219.367,32	2.552.304.363,67	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	-	-	-	-
MEDIDAS CORRETIVAS:				

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 - Os valores a seguir, classificados contabilmente como "Contragarantia Recebida", não estão sendo considerados neste demonstrativo, pois tais valores não se referem a Operações de Crédito e sim a garantias contratuais prestadas por terceiros (credores do Estado do Espírito Santo):

Conta Contábil	Posição - Dezembro de 2017 Em R\$	Posição - Agosto de 2018 Em R\$
711110102 - FIANÇAS	14.830.883,18	15.166.357,57
711110105 - SEGUROS-GARANTIA	103.538.301,13	109.893.349,61
711110109 - CAUÇÕES RECEBIDAS EM DINHEIRO	5.477.640,17	6.396.131,18
711110110 - OUTRAS CAUÇÕES RECEBIDAS	1.961.849,10	1.961.849,10
711110121 - AVAIS - A DETALHAR POR CONTRATO	8.510,40	8.510,40
711110123 - FIANÇAS - A DETALHAR POR CONTRATO	2.631.285,56	2.628.119,89
711110127 - SEGUROS-GARANTIA - A DETALHAR POR CONTRATO	28.151.229,69	25.580.965,57
711110108 - TÍTULOS PÚBLICOS	127.450,15	127.450,15
711110131 - CAUÇÕES - A DETALHAR POR CONTRATO	3.264.817,85	3.156.357,84
711110199 - OUTRAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS NO PAÍS	157.704,02	158.130,56
712110109 - CAUÇÕES	989.688,07	989.688,07

2 - Em observância ao art. 36 do Decreto 4166-R/2017, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
 Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO FUNCHAL
 Secretário de Estado da Fazenda

ALAN JOHANSON
 Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES - Respondendo
 CRC ES nº 011212/O-0

MARCOS PAULO PUGNAL DA SILVA
 Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
 Governador do Estado

Anexo II da Ordem de Serviço SUBSET nº 40, de 27 de setembro de 2018
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		R\$ 1,00		
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.752.253.297,30	6.785.104.116,69	6.883.489.470,16	
Dívida Mobiliária	-	-	-	
Dívida Contratual	6.562.580.040,50	6.608.481.719,60	6.718.883.011,26	
Empréstimos	3.882.703.728,91	3.922.471.173,32	4.064.969.016,69	
Internos	2.921.706.807,43	2.905.569.006,18	2.890.644.426,43	
Externos	960.996.921,48	1.016.902.167,14	1.174.324.590,26	
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	2.302.613.021,45	2.333.974.627,44	2.327.873.506,41	
Financiamentos	-	-	-	
Internos	-	-	-	
Externos	-	-	-	
Parcelamento e Renegociação de dívidas	326.056.709,87	318.461.550,57	310.915.430,81	
De Tributos	-	-	-	
De Contribuições Previdenciárias	1.291.256,56	1.225.870,52	1.209.524,01	
PIS/PASEP	324.765.453,31	317.235.680,05	309.705.906,80	
De Demais Contribuições Sociais	-	-	-	
Do FGTS	-	-	-	
Com Instituição Não financeira	-	-	-	
Demais Dívidas Contratuais	51.206.580,27	33.574.368,27	15.125.057,35	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	-	-	-	
Outras Dívidas	189.673.256,80	176.622.397,09	164.606.458,90	
DEDUÇÕES (II)	4.638.172.520,71	5.279.620.001,45	5.718.351.195,01	
Disponibilidade de Caixa	2.650.570.822,91	3.246.755.729,95	3.560.963.060,61	
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.930.257.588,29	3.347.984.263,06	3.636.074.797,05	
(-) Restos a Pagar Processados	279.686.765,38	101.228.533,11	75.111.736,44	
Demais Haveres Financeiros	1.987.601.697,80	2.032.864.271,50	2.157.388.134,40	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	2.114.080.776,59	1.505.484.115,24	1.165.138.275,15	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.193.441.015,92	12.556.663.471,31	12.890.426.079,14	
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	55,38	54,04	53,40	
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	17,34	11,99	9,04	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	24.386.882.031,84	25.113.326.942,62	25.780.852.158,27	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	21.948.193.828,66	22.601.994.248,36	23.202.766.942,44	

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ¹	54.458.850,59	43.521.647,16	36.196.207,46	
PASSIVO ATUARIAL	2.182.393.865,20	2.182.393.865,20	2.182.393.865,20	
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	363.117.982,52	416.720.513,18	423.468.113,44	
RP NÃO-PROCESSADOS	363.802.295,89	122.286.907,74	23.024.846,19	
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-	-	
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	120.811.196,67	140.384.678,66	141.674.919,58	

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECON/SUFC

1 - Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

NOTAS EXPLICATIVAS:

- O relatório foi elaborado considerando os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público e não contemplando o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS exceto no tocante ao montante de R\$ 2.182.393.865,20 demonstrado na linha "Passivo Atuarial".
- Em observância ao disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 8ª edição (pag. 554), na linha "Dívida Consolidada (I)" não estão sendo consideradas as provisões que representem o reconhecimento de obrigações cujo valor ainda não esteja definitivamente determinado.
- Na Disponibilidade de Caixa Bruta, não estão sendo considerados os valores referente às cauções e a outros valores passíveis de restituição.
- Na linha "Disponibilidade de Caixa Bruta", está contido o valor registrado na conta contábil 114000000 (Investimento e Aplicações Temporárias a curto prazo) referente à coluna Saldo do Exercício Anterior.
- Nos valores que compõem a Dívida Consolidada não está sendo considerado o montante de R\$ 5.960,76 - Coluna "Até o 1º Quadrimestre" registrado como atributo de superávit financeiro = "P" nas contas contábeis "214131101 - PIS/PASEP do Exercício" (R\$ 5.008,35) e "218910506 - Juros, Multas e Correções Monetárias sobre Obrigações Tributárias e Contributivas a Recolher" (R\$ 952,41) pela UG 410201 - IEMA, e o montante de R\$ 64.312,92 - Coluna "Até o 2º Quadrimestre" - registrado como atributo de superávit financeiro = "P" nas contas contábeis 2114131101 - PIS/PASEP do Exercício (7.889,52) e "213110100 - Fornecedores Nacionais do Exercício" (56.423,40) pela UG 280202 - DIO em virtude de tais valores não se referirem à Dívida Consolidada.
- Na linha "Demais Haveres Financeiros" não está sendo considerado o montante de R\$ 1.861.538,31 registrado na conta contábil "121110305 - Financiamentos Concedidos Via Agente Financeiro - BANDES (Exceto FUNDAP)", em virtude de tal aporte financeiro não ter sido realizado com recursos oriundos do orçamento fiscal e de seguridade social.
- Na linha "Depósitos e Consignações Sem Contrapartida" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC", em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 8ª edição, estão sendo computados os valores pertinentes aos depósitos pertencentes a terceiros e decorrentes de outras operações não originadas de execução orçamentária, devidamente registrados no Passivo Patrimonial.
- Na linha "Depósitos" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC", não estão sendo computadas as contas contábeis: 218813001 - Depósitos Pendentes de Classificação; 218813002 - Depósitos Pendentes de Identificação - Detalhado por Fonte; 218815000 - Parcelamento de Dívida Ativa; 218915001 - Resultantes da Alienação de Bens Móveis; 218915002 - Resultantes da Alienação de Bens Imóveis; 218916001 - Saldo de Caixa a Recolher para a CTU e 218919902 - Simples Nacional a Recolher, em virtude das aludidas contas contábeis não representarem valores pertencentes a terceiros.
- Os valores constantes na linha "Apropriação de Depósitos Judiciais - LC 151/2015" foram informados pelo BANESTES.
- Em observância ao art. 36 do Decreto 41666-R/2017, este demonstrativo foi elaborado com base nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

MARCO ANTÔNIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO FUNCHAL
Secretário de Estado da Fazenda

ALAN JOHANSON
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES- Respondendo
CRC ES nº 011212/O-0

MARCOS PAULO PUGNAL DA SILVA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado